

**GRANDES EMPREENDIMENTOS NA AMAZÔNIA E OS DESAFIOS PARA O TRABALHO
PROFISSIONAL DA(O) ASSISTENTE SOCIAL NA SEGURIDADE SOCIAL: Reflexões
sobre os municípios Altamira, Santarém - Pará.**

Isabele de Lima Gomes¹

Silvia Leticia Lira de Paula²

Yasmim Aissa de Oliveira Costa³

RESUMO

O artigo tem como objetivo discutir o trabalho da(o) assistente social na Amazônia paraense, com foco nos municípios de Altamira e Santarém, abordando suas particularidades na área da seguridade social, procurando refletir sobre as condições de trabalho profissional e o acesso dos usuários aos serviços de seguridade social. Além disso, o estudo analisa a inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho, com destaque para as repercussões na Amazônia paraense. Teve por base os primeiros resultados da pesquisa "Novas Formas de Precarização do Trabalho da(o) assistente Social na Amazônia Paraense: Particularidades da área da seguridade social nos municípios de Altamira e Santarém - Pará", a partir da revisão de literatura, cujos dados obtidos foram analisados à luz da teoria marxista. Os resultados apontam que o trabalho do assistente social nos municípios de Altamira e Santarém é marcado pela necessidade de se articular as demandas de desenvolvimento econômico com a defesa dos direitos humanos e ambientais.

Palavras-Chaves: Crise estrutural do capital; Seguridade social; Serviço Social; Trabalho; Amazônia.

ABSTRACT

The article aims to discuss the work of social workers in the Pará Amazon, focusing on the municipalities of Altamira and Santarém. It addresses their specificities in the field of social security, reflecting on the professional working conditions and users' access to social security services. Additionally, the study analyzes Brazil's position in the international division of labor, highlighting the repercussions in the Pará Amazon. It is based on the preliminary results of the research "New Forms of Precarization of Social Work in the Pará Amazon: Specificities in the field of social security in the municipalities of Altamira and Santarém - Pará," derived from a literature review, with the collected data analyzed through a Marxist theoretical framework. The results indicate that the work of social workers in Altamira and Santarém is characterized by the need to articulate economic development demands with the defense of human and environmental rights.

Keywords: Structural crisis of capital; Social security; Social Work; Labor; Amazon.

¹ Discente de Graduação em Serviço Social pela UFPA, Bolsista PIBIC-CNPQ e integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas "Trabalho, Estado e Sociedade na Amazônia – GEP-Tesa/PPGSS-UFPA. E-mail: Isabelegomeess@gmail.com

² Discente de Graduação em Serviço Social pela UFPA, Bolsista PIBIC-CNPQ e integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas "Trabalho, Estado e Sociedade na Amazônia – GEP-Tesa/PPGSS-UFPA. E-mail: silvia.paula@icsa.ufpa.br

³ Assistente social; Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas "Trabalho, Estado e Sociedade na Amazônia – GEP-TESA/PPGSS-UFPA; Pós-graduanda (especialização) em Serviço Social e Políticas Públicas e Serviço Social na Saúde- Instituto Facuminas. E-mail: yasmimaissac@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A promulgação da Constituição Federal do Brasil (CEF), em 1988, marcou um divisor de águas nas políticas sociais do país, consolidando um novo paradigma ao assegurar, por meio de legislação, a universalização dos direitos sociais. O artigo 194 que estabelece a seguridade social como um conjunto integrado de ações voltadas à saúde, previdência e assistência social, representa um avanço significativo na proteção dos cidadãos (BRASIL,1988). Contudo, mesmo diante dessa robusta estrutura constitucional, a seguridade social brasileira enfrentou críticas severas, especialmente, da burguesia nacional que a responsabilizou pela crise financeira do modelo de Estado.

Nas décadas de 1980 e 1990, o cenário global e latino-americano foi marcado pela ascensão do neoliberalismo que ao priorizar a economia de mercado e o capital financeiro, resultou na adoção de medidas de ajustes que comprometeram o orçamento das políticas sociais. A transformação de direitos em mercadorias e a privatização de serviços públicos exacerbaram as desigualdades sociais, especialmente, na Amazônia, onde a exploração de recursos naturais intensificou as tensões sociais e ambientais.

Diante desse contexto, este artigo tem como objetivo discutir o trabalho do assistente social na Amazônia paraense, em particular, nos municípios de Altamira e Santarém, e as suas particularidades, na área da seguridade social. O estudo busca, também, analisar as condições de trabalho dessa(e) profissional que é voltado para o acesso dos usuários aos serviços de seguridade social. Parte das considerações sobre a inserção do Brasil, na divisão internacional do trabalho e as suas inflexões na Amazônia brasileira/paraense.

O artigo foi elaborado com base na revisão de literatura sobre os grandes empreendimentos na Amazônia e os desafios para o trabalho profissional da(o) assistente social na seguridade social, em particular nos municípios de Altamira e Santarém. Teve por base os primeiros resultados da pesquisa "Novas Formas de Precarização do Trabalho da(o) assistente Social na Amazônia Paraense: Particularidades da área da seguridade social nos municípios de Altamira e Santarém - Pará", cujos dados obtidos foram analisados a luz da teoria marxista. Encontra-se estruturado em quatro partes: A primeira que trata desta parte introdutória; a segunda que aborda a inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho e os seus na Amazônia paraense; a terceira se reporta ao trabalho da(o) assistentes sociais e as repercussões da programática neoliberal na política de seguridade social e as particularidades nos municípios de Altamira e Santarém; a quinta e última parte se refere às considerações finais que destaca que o trabalho do assistente social nos municípios de Altamira e Santarém é marcado pela necessidade de se articular as demandas de desenvolvimento econômico com a defesa dos direitos humanos e ambientais. Trata-se,

portanto de um trabalho que exige comprometimento ético, conhecimento técnico e sensibilidade política para lidar com os desafios específicos da Amazônia, garantindo que o progresso não seja alcançado à custa da violação dos direitos das populações subalternas.

2. A INSERÇÃO DO BRASIL NA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (DIT) E OS SEUS IMPACTOS NA AMAZÔNIA PARAENSE

Os impactos da inserção do Brasil na Divisão Internacional do Trabalho (DIT) podem ser analisados através do contexto histórico de sua origem, quando o país se consolidou como produtor de gêneros agrícolas e minérios para a metrópole portuguesa e, mais tarde, para o mercado externo. Além disso, o Brasil é visto em uma posição subordinada no que se refere à Divisão Internacional do Trabalho. Ao longo dos anos, o país passou a atender as demandas de outras nações, desenvolvendo-se, a partir dessas solicitações e, assim, se tornando um país de “espaços derivados” (Pereira, 2010, p. 348). Segundo Pereira (2010, p. 348), os “espaços derivados” seriam aqueles, onde os processos de modernização e transformação regional estão, diretamente, relacionados a desejos externos, ou seja, às demandas distantes. Para melhor compreensão, pode-se exemplificar essa situação, através do cenário territorial que o Brasil apresentava no século XVI, o que o escritor Gilberto Freyre (2003) chamou de “civilização do açúcar”. Ele estabelece a força da cultura dos escravizados nos engenhos de açúcar, cuja plantação foi instalada no Nordeste brasileiro, região com solo mais fértil e clima mais favorável para o cultivo da cana-de-açúcar. É importante registrar como esse processo de plantio envolvia não, apenas, a exploração de recursos primários e geográficos, mas, principalmente, a exploração social e a acumulação de capital, caracterizando o objetivo principal do processo. Isso mostra tanto a formação quanto as estruturas territoriais daquela região que respondem a razões externas, sem considerar as necessidades e problemas internos da população local.

Desta maneira, é fundamental analisar os impactos que a inserção do Brasil na DIT causou no país. Houve um avanço na abertura do capital externo, e o Brasil se tornou um país especialista na exportação de *commodities* agrícolas e minerais. Com isso, atraiu maior atenção dos países estrangeiros. Assim, a partir do século XX, observou-se um salto histórico e o surgimento do neoliberalismo, ideologia que permeia a DIT, cuja característica mais marcante é a defesa da privatização de empresas estatais. Sob a retórica de modernização do país, o neoliberalismo acabou por reforçar, ainda mais, a sua posição de subordinação econômica. Os governos neoliberais propunham a acumulação de capital mediante a aceleração da industrialização e a abertura ao comércio exterior. Nessa esteira, o Brasil adotou uma postura de maior inserção no mercado internacional, na perspectiva de reduzir as barreiras comerciais e atraindo mais investimentos estrangeiros.

Pode-se compreender a inserção do Brasil na DIT, como a de um exportador de produtos primários, ou seja, ao invés de agregar valor aos seus produtos, o Brasil vende matéria-prima barata e compra produtos prontos e caros de outros países. Essa dinâmica afeta, diretamente, a economia, impactando a vida das pessoas com o aumento do custo de vida e a falta de empregos qualificados. Neste cenário, a Amazônia, devido às suas características geográficas e à rica biodiversidade vegetal e mineral, além da abundante força de trabalho e aspectos socioculturais, vem se transformando em mercadoria para o capital. Da mesma forma, o fluxo migratório em certas áreas da Amazônia aumentou com a implantação de grandes indústrias na região paraense. Como resultado, a implementação desses projetos de grande escala vem impactando, significativamente, na vida das comunidades locais, gerando conflitos sociais e levando muitas pessoas a situações de vulnerabilidade, afetando a saúde e as condições de vida da população dessa Região.

Esses grandes projetos econômicos estão presentes em diversas áreas, como: mineração, siderurgia, construção de hidrelétricas, grandes indústrias e fábricas especializadas na extração de produtos primários. Todos esses produtos originam as *commodities*, fundamentais para a dinâmica colonizadora da região, mobilizando grandes lucros, essenciais para o modelo capitalista de produção. As consequências territoriais causadas, atualmente, pelo estabelecimento desses grandes projetos estão relacionadas ao processo de modernização e desenvolvimento que, por trás do discurso falacioso das grandes empresas que objetivam tão, somente, a exploração e não à melhoria das condições de vida da população. Na verdade, essas iniciativas intensificam a concentração dos meios de produção e agravam a escassez e a pobreza no campo e nas cidades. Além disso, contribuem para o aumento das desigualdades sociais e econômicas, especialmente, nos maiores centros urbanos. Um exemplo claro disso é a implantação da Usina de Belo Monte, no município de Altamira e a evolução do agronegócio com a exportação da soja no município de Santarém, que acarretaram inúmeros impactos a essas regiões e suas comunidades, o que tem demandado o trabalho profissional da(o) assistente social, sobretudo, na área da seguridade social.

3. O TRABALHO DA(O) ASSISTENTE SOCIAL E AS REPERCUSSÕES DA PROGRAMÁTICA NEOLIBERAL NA POLÍTICA DE SEGURIDADE SOCIAL:

Particularidades dos municípios de Altamira e Santarém

O trabalho da(o) assistente social é fundamental para contribuir na luta para o acesso aos direitos sociais, em particular, na área da seguridade social: Saúde, previdência e assistência social, na medida em esses profissionais têm como espaço privilegiado para o seu trabalho profissional, as políticas sociais públicas que são, profundamente, impactadas

pelas dinâmicas econômicas e políticas que “moldam” a sociedade (grifos nossos), tendo por base, o neoliberalismo que, desde os anos 1990, vem se apresentado como uma força significativa, influenciando a política de seguridade social e, conseqüentemente, o trabalho dos profissionais na referida política. Segundo Sousa (2013, p. 3), o Brasil apresenta, atualmente, uma abordagem híbrida na ação estatal, alternando entre os modelos bismarckiano e beveridgiano. Esta abordagem visa atender tanto os cidadãos contributivos quanto os não contributivos. Com o avanço do neoliberalismo e a ênfase na relação entre cidadania e consumo, juntamente, com a pobreza e exclusão social acumuladas nos períodos anteriores, houve uma mudança nas diretrizes de universalidade (que se tornou mais seletiva), descentralização (com a transferência de responsabilidades do Estado para outros níveis de governo e para a sociedade civil) e integralidade dos serviços (com foco na urgência devido à discrepância entre demanda e oferta).

No entanto, o neoliberalismo, como ideologia econômica e política, advoga por um menor intervencionismo do Estado na economia e promove a privatização de serviços públicos, bem como, a redução de gastos governamentais. Na esfera da seguridade social, isso se traduz em cortes orçamentários, desmantelamento de programas de bem-estar social e um crescente foco na responsabilização individual. Essas mudanças têm um impacto direto sobre os sistemas de seguridade social, como saúde, previdência e assistência social. O enfoque neoliberal, frequentemente, resulta em políticas que priorizam a eficiência econômica sobre a inclusão social, levando a uma maior precarização dos serviços e a um aumento da desigualdade social. As pessoas mais vulneráveis que dependem, diretamente, desses serviços para garantir suas necessidades básicas, são as mais afetadas.

De acordo com (Antunes, 2011, p. 40):

O Neoliberalismo passou a ditar o ideário e o programa a serem implementados pelos países capitalistas, inicialmente no centro e logo depois nos países subordinados, contemplando reestruturação produtiva, privatização acelerada, enxugamento do estado, políticas fiscais e monetárias, sintonizadas com os organismos mundiais de hegemonia do capital como Fundo Monetário Internacional. A desmontagem dos direitos sociais dos trabalhadores, o combate cerrado ao sindicalismo classista, a propagação de um subjetivismo e de um individualismo exacerbados da qual a cultura “pós-moderna”, bem como uma clara animosidade contra qualquer proposta socialista contrária aos valores e interesses do capital, são traços marcantes deste período recente (Harvey, 1992; McIlroy, 1997; Beynon, 1995).

Na Região amazônica, essas políticas se manifestam de maneira, particularmente, aguda devido às suas características geográficas, socioeconômicas e culturais únicas. Outrossim, a Amazônia é uma região com grandes disparidades e uma grande diversidade de comunidades, desde grandes centros urbanos até populações indígenas e ribeirinhas. A

implementação das políticas neoliberais leva a cortes significativos em investimentos públicos e à privatização de serviços essenciais, como saúde e educação. A escassez de recursos, o acesso difícil e as especificidades culturais e ambientais são questões que requerem abordagens inovadoras e sensíveis às realidades locais.

Entende-se, então que trabalho profissional da(o)s assistentes sociais é crucial não, apenas, no atendimento direto às populações, mas, também, na advocacia por mudanças que garantam a inclusão e a justiça social em uma região marcada por grandes desigualdades e desafios. A capacidade desses profissionais de responder às demandas imediatas e mediatas dos usuários das referidas políticas na Amazônia. Com a redução dos recursos públicos, os profissionais muitas vezes, enfrentam desafios para atender à demanda crescente por serviços, lidando com orçamentos limitados e a necessidade de adaptar suas práticas às novas realidades impostas por essas políticas. Além disso, a ênfase na responsabilização individual difundida pelo neoliberalismo pode levar a uma menor ênfase na dimensão coletiva e estruturante das expressões da questão social, dificultando a abordagem sistêmica essencial para a efetiva promoção dos direitos e da justiça social.

Apesar da importância do trabalho da assistente social nas políticas sociais voltadas para a proteção e promoção dos direitos humanos e sociais, mas, diante do avanço das políticas neoliberais, em particular, no Brasil, tornam-se, absolutamente, necessárias as lutas contínuas e um esforço persistente para garantir que as necessidades das populações vulneráveis sejam, devidamente, atendidas e que a função do Estado na seguridade social não seja comprometida.

4. OS GRANDES EMPREENDIMENTOS NA AMAZÔNIA: Particularidades do trabalho profissional da(o) assistente social nos municípios de Altamira e Santarém

A Amazônia tem sido "palco de grandes empreendimentos, especialmente, nas últimas décadas, principalmente a partir da década de 1960, com projetos de infraestrutura, hidrelétricas, mineração e agronegócio transformando drasticamente o território" Castilho, Nascimento e Gomes (2021). Esses projetos, embora impulsionem o desenvolvimento econômico da região, também, geram impactos profundos nas populações locais, especialmente, nas comunidades indígenas, ribeirinhas e urbanas. Desta forma, a expansão da fronteira agrícola e a inserção das usinas na Amazônia resultou em profundas tensões sociais na região. Nesse contexto, o trabalho do assistente social assume uma relevância singular, uma vez que, esse profissional é responsável por articular políticas sociais que mitiguem os efeitos adversos desses empreendimentos e garantam os direitos dos grupos mais vulneráveis.

Altamira e Santarém, dois municípios do estado do Pará, são exemplos emblemáticos desse cenário. Após a implantação das usinas hidrelétricas no município de Altamira, houve um agravamento dos problemas socioculturais e ambientais. As famílias foram deslocadas, o modo de vida das comunidades ribeirinhas e indígenas foi alterado, e a desigualdade e os conflitos pela terra aumentaram. Durante o período de construção da Usina Hidrelétrica, o município, também, recebeu um grande fluxo migratório de pessoas em busca de emprego. No entanto, muitas dessas pessoas não alcançaram a melhoria de vida esperada, permanecendo em situação de vulnerabilidade. Em Santarém, como consequência da inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho, impulsionada pela exportação de commodities, o município enfrenta desafios semelhantes. O avanço do agronegócio, em especial o cultivo de soja, e os projetos portuários têm provocado profundas transformações no uso da terra, resultando em conflitos fundiários, desmatamento e marginalização das populações tradicionais, ocasionando, assim, o avanço do capitalismo na Amazônia e implicando na subordinação da agricultura à indústria.

A partir da análise desses determinantes, tanto a construção das hidrelétricas em Altamira quanto o avanço da exportação de soja em Santarém, em meio aos conflitos gerados por projetos de desenvolvimento típicos do sistema capitalista, destacam-se os impactos específicos em cada região dos municípios. Observa-se que direitos sociais básicos, como moradia, saúde e educação foram violados, causando mudanças significativas na cultura e no modo de vida da população local, incluindo comunidades quilombolas, ribeirinhas e indígenas. Além disso, a fauna e a flora das áreas afetadas, também, sofreram ataques diretos e indiretos, comprometendo o equilíbrio ambiental ao redor:

A instalação de grandes obras impõe um impacto central, que é o confronto de modos de vida e de produção diferente, o que se traduz na desestruturação ou desconstrução das comunidades e na trajetória dessa população desenraizada para se tornar massa móvel, flutuante, marginal aos resultados e frutos desses empreendimentos. As pessoas, ao se retirarem de suas terras ou territórios, acabam enfraquecendo seus vínculos afetivos como familiares e amigos, todo o contexto histórico, cultural e social vivido antes das obras são prejudicados pelas mudanças que ocorreram. (Hébette, 2004, p.8).

Com o avanço das indústrias e, conseqüentemente, do capital, o impacto sobre a questão social se torna mais evidente, pois, o crescimento econômico não é distribuído equitativamente, aumentando a desigualdade social e econômica entre as comunidades locais e os investidores externos. Com a adoção da política neoliberal adotada, a partir dos anos de 1990, no Brasil, o espaço econômico dominado por grandes empreendimentos capitalistas articulados ao mercado internacional, ampliou-se consideravelmente, resultando no avanço, sem medidas, da soja, da pecuária bovina e de outras monoculturas no território

amazônico (Mesquita, 2012 *apud*. Castilho, 2021). Assim, compreender a Amazônia enquanto fronteira estratégica para o capitalismo brasileiro torna-se imprescindível remeter à intervenção do Estado brasileiro que nos últimos cinquenta anos teve uma “autêntica intervenção geopolítica que acabou por constituir o atual mosaico de ocupação econômica e de disputas sociais e territoriais” (Trindade; Oliveira, 2014 *apud*. Castilho, 2021).

As condições de trabalho do(a) assistente social devido aos avanços da acumulação capitalista nos municípios de Altamira e Santarém estão ficando cada vez mais precárias, pois, diante destas questões sociais, consequentemente, vêm sofrendo com a grande demanda solicitada para atendimento. Enquanto o Estado expropria, desmata e acumula capital da região amazônica, o bem-estar da população local e, principalmente, das comunidades tradicionais, transforma-se em ameaças constantes. Essas realidades complexas exigem do assistente social uma atuação que vai além da mera aplicação de políticas públicas. Ele precisa intervir de maneira crítica e propositiva, identificando as demandas das populações impactadas, mediando conflitos e propondo soluções que considerem o desenvolvimento sustentável e os direitos humanos. Em Altamira, por exemplo, o assistente social tem atuado no reassentamento das famílias deslocadas por Belo Monte, garantindo que essas pessoas tenham acesso a condições dignas de habitação, saúde e educação. Além disso, é papel desse profissional assegurar que as compensações socioambientais prometidas pelos empreendedores sejam de fato implementadas.

Já em Santarém, os assistentes sociais têm se envolvido na defesa dos direitos territoriais de comunidades quilombolas e ribeirinhas, buscando formas de garantir o acesso a políticas públicas de proteção social e ambiental. A luta pela regularização fundiária e pela manutenção das áreas de uso coletivo é central no trabalho desses profissionais, que enfrentam pressões políticas e econômicas intensas por parte do agronegócio.

A crise do capitalismo e suas múltiplas facetas, juntamente, com a aceleração e o fortalecimento das contrarreformas neoliberais, têm levado à destruição e desmantelamento dos direitos trabalhistas e das políticas sociais. Esse cenário promove novas e brutais formas de exploração e precarização das condições de trabalho, afetando de maneira prejudicial o exercício profissional das(os) assistentes sociais (Boschetti, 2017).

Nessa perspectiva, o grande fluxo de novos habitantes, sejam eles trabalhadores ou grandes empresários, culminou ao que chamamos de desestruturação do bem-estar social dos povos tradicionais. Sob esse olhar, a intensificação das condições de trabalho na qual a(o) assistente social se insere evidencia-se mais precárias, pois além das grandes demandas, a falta de equipamentos necessários como: transporte em veículos adequados, salas em boas condições para atendimento, sistemas operacionais de informatização qualificados etc. e o reduzido orçamento que o Estado dispõe para as políticas sociais

materializam, cada vez mais, as novas formas de precarização do trabalho da(o) assistente social que trabalham diante desses grandes empreendimentos na Amazônia Paraense.

A pressão da expropriação da terra e da dissolução do modo de vida pré-existente extrai todo o alicerce onde se assenta a segurança dessas famílias e joga esses diversificados grupos na vala comum dos desvalidos, muitos dos quais vão engrossar o contingente urbano das periferias das sedes municipais (Teixeira, 2009).

Em análise aos dois municípios, constatou-se que existem poucas unidades de instituições vinculadas à área da seguridade social, em particular, na área da assistência social. No município de Altamira existem, apenas, três unidades, dentre os quais dois estão localizados no centro da cidade. Enquanto que, Santarém conta com cinco unidades dos Centros de Assistência Social. Constatou-se, então, que nos referidos municípios existem um reduzido quantitativo de unidades nos devidos municípios, principalmente, quando localizadas apenas, nos centros urbanos da cidade, o que acaba dificultando o acesso dos usuários aos serviços que asseguram seus direitos básicos, conseqüentemente, interfere, também, nas condições do trabalho da(o) assistente social, pois, com poucas unidades há o aumento da demanda e a intensificação do trabalho.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desta comunicação possibilitou concluir, portanto, que o trabalho do assistente social em grandes empreendimentos na Amazônia apresentam algumas particularidades do trabalho profissional da(o) assistente social, como por exemplo: A necessidade de uma compreensão profunda das dinâmicas territoriais e culturais da Região, a importância de uma atuação interdisciplinar, envolvendo articulação com outros profissionais e movimentos sociais, e o papel estratégico de mediação entre os interesses das populações afetadas e os empreendedores.

Além disso, o trabalho do assistente social nos municípios de Altamira e Santarém é marcado pela necessidade de se articular as demandas de desenvolvimento econômico com a defesa dos direitos humanos e ambientais. Trata-se, portanto de um trabalho que exige comprometimento ético, conhecimento técnico e sensibilidade política para lidar com os desafios específicos da Amazônia, garantindo que o progresso não seja alcançado à custa da violação dos direitos das populações subalternas.

Considera-se importante ressaltar como a divisão social e técnica do trabalho, vinculado ao processo neoliberal repercute de forma direta nos dois municípios. De forma que, pode-se associar malefícios mútuos como, o ataque de forma direta às potencialidades do trabalho e a precarização e insegurança do trabalho com as novas formas de flexibilização e condições na contratação do emprego.

Dessa forma, a partir das análises realizadas acima pode-se compreender que o:

trabalho do assistente social de acordo com Castilho *et al.* (2021, p.339), que as peculiaridades da região Amazônica incidem sobre o trabalho do profissional que vai sendo atravessado pela violência e crueldades históricas de ocupação e saque da região Amazônica, principalmente com relação as populações tradicionais e riquezas naturais. Além de que, o processo de regulamentação fundiária e a proteção das áreas de uso coletivo são questões centrais no trabalho dos assistentes sociais. Eles enfrentam, no entanto, pressões políticas e econômicas significativas, que frequentemente busca expandir suas atividades em detrimento dos direitos das comunidades locais.

Desta forma, o compromisso desses profissionais vai além do simples cumprimento de suas funções; trata-se de uma verdadeira luta pela justiça social e pela preservação da identidade cultural e dos direitos territoriais dos grupos vulneráveis. A articulação entre assistentes sociais e os movimentos sociais das comunidades locais é fundamental para desenvolver estratégias eficazes que garantam a continuidade de suas tradições e o acesso a recursos essenciais.

REFERÊNCIAS

Anderson, P. (1995). Balanço do neoliberalismo. Em P. G. Emir Sader, ***Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*** (pp. 09-23). Rio de Janeiro: Paz e Terra. Acesso em 2024, disponível em <https://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/giselle.souza/politica-social-ii/texto-1-balanco-do-neoliberalismo-anderson>

Antunes, R. (2011). Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. Em P. G. Gaudêncio Frigotto (Compilador), ***A Cidadania negada: Políticas de exclusão na educação e no trabalho*** (p. 270). Buenos Aires, Argentina: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales-CLACSO. Acesso em 2024, disponível em <https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/handle/CLACSO/11781>

Boschetti, I. (jan. /abr de 2017). Agudização da barbárie e desafios ao Serviço Social. ***Serviço Social & Sociedade*** (n. 128), 54-71. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.093>

Brasil, R. F. (2016). Constituição da República Federativa do Brasil. ***Constituição (1988)***, 496. Acesso em 2024, disponível em https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf

Castilho, D. R., Nascimento, M. A., & Gomes, V. L. (Jan a Abr de 2021). Precarização do trabalho profissional da/o assistente social na Amazônia brasileira: Particularidades do estado do Pará. ***O Social em Questão***, 331 - 354. doi:10.17771/PUCRio.OSQ.51104

Freyre, G. (2003). ***Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal***. (48ª ed.). Recife-Pernambuco-Brasil: Global Editora. Acesso em 2024, disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/229395/mod_resource/content/1/Gilberto%20Freyre%20-%20Casa-Grande%20e%20Senzala%20%281%29.pdf

Pereira, M. F. (2010). A inserção subordinada do Brasil na divisão internacional do trabalho: consequências territoriais e perspectivas em tempos de globalização. ***Sociedade & Natureza***, 347-355. Acesso em 2024, disponível em <https://www.scielo.br/j/sn/a/SHBvQFnZdz4qbnxdZpTFYDw/?format=pdf&lang=pt>

Ribeiro, L. d. (2019). A CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE E OS SEUS IMPACTOS SOCIAIS CAUSADOS NA INFÂNCIA EM ALTAMIRA. **16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Acesso em 2024, disponível em <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1632>

Sousa, F. S. (2013). OS IMPACTOS DO NEOLIBERALISMO NA POLÍTICA DE SEGURIDADE SOCIAL BRASILEIRA. **VI Jornada Internacional de Políticas Públicas**, 01-10. Acesso em 2024, disponível em <https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo16-impasseosedesafiosdaspoliticasdaseguridadesocial/osimpactosdoneoliberalismonapoliticadeseguridadesocialbrasileira.pdf>

Teixeira, J. B. (2009). Meio Ambiente, Amazônia e Serviço Social. ***Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade contemporânea***, 141–152. Acesso em 2024, disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/94>